



8 de março de 2024

RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA

TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DE VANTAGENS E DESVANTAGENS SOCIAIS

2023

O NÍVEL DE ESCOLARIDADE É MAIOR, E O RISCO DE POBREZA MENOR, PARA AQUELES QUE, AOS 14 ANOS, VIVIAM COM PROGENITORES QUE TINHAM CONCLUÍDO O ENSINO SUPERIOR

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) é atualmente constituído por um conjunto de dados que são recolhidos anualmente e por um sistema que conjuga módulos que recolhem informação complementar pré-definida com periodicidade regular e módulos ad hoc sobre novas necessidades de informação. Os resultados apresentados neste destaque incluem dados da componente anual, bem como da informação relativa a 2023¹ sobre “Transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens sociais”, relativo à população dos 25 aos 59 anos, o que permite o desenvolvimento de uma análise da relação entre características sociodemográficas parentais e as condições de pobreza no presente. A informação recolhida tem como referência o contexto parental dos inquiridos quando estes tinham cerca 14 anos de idade.

A população com idade dos 25 aos 59 anos² representava 45,8% do total da população no início de 2023 (4,8 milhões de pessoas). Destas, 14,9% estavam em risco de pobreza em 2022, valor inferior ao obtido para a população em geral (17,0%³).

Os riscos de pobreza em 2022 eram de 17,3% e 17,2%, respetivamente, para aqueles em que o pai, ou a mãe, não tinha completado mais do que o atual ensino básico, pouco acima da média nacional (17,0%), mas substancialmente mais baixos para aqueles em que, aos 14 anos, um dos progenitores tinha concluído o ensino secundário, pós-secundário não universitário ou superior (6,8% quando era o pai; 8,6% quando era a mãe).

Para aqueles que residiam, aos 14 anos, num agregado cujo pai era português, o risco de pobreza em 2022 era 13,7%, que compara com 25,1% nas situações em que o pai era estrangeiro. Verifica-se um padrão semelhante em relação aos resultados para a nacionalidade da mãe: 13,8% quando portuguesa e 25,5% quando estrangeira.

73,6% da população inquirida valorizou a situação financeira do agregado em que vivia aos 14 anos como moderadamente boa, boa ou muito boa. Apesar disso, 12,2% encontrava-se em situação de pobreza em 2022, ainda que numa dimensão bastante inferior à incidência da pobreza (21,2%) observada quando a situação financeira aos 14 anos era avaliada como moderadamente má, má ou muito má.

Mais de 95% dos inquiridos tinham, aos 14 anos, as necessidades educativas e alimentares básicas satisfeitas, mas apenas 46,8% tinham possibilidade de ter uma semana de férias, por ano, fora de casa.

¹ A realização do módulo do ICOR sobre “Transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens sociais e Dificuldades habitacionais” em 2023 foi cofinanciada pela União Europeia.

² Nascidos de 1963 a 1997.

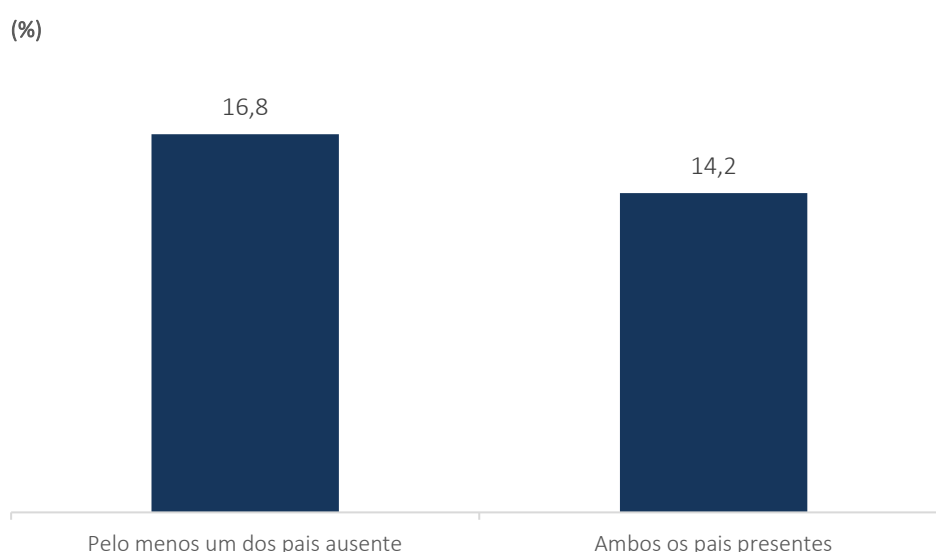
³ Esta [informação](#) foi divulgada em 27 de novembro de 2023, no Destaque com os primeiros resultados do ICOR 2023.



O risco de pobreza é maior para aqueles que, aos 14 anos, viviam apenas com um dos progenitores

Os resultados indicam que a maioria da população nascida entre 1963 e 1997 vivia com ambos os pais quando tinha cerca de 14 anos. O risco de pobreza atingia 14,2% destas pessoas em 2022, menos 2,6 pontos percentuais (p.p.) do que o risco de 16,8% nas situações em que pelo menos um dos progenitores estava ausente.

Figura 1. Taxa de risco de pobreza segundo a presença dos pais no agregado familiar, aos 14 anos do indivíduo, Portugal, 2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

O nível de escolaridade é maior, e o risco de pobreza menor, para aqueles que, aos 14 anos, viviam com progenitores que tinham concluído o ensino superior

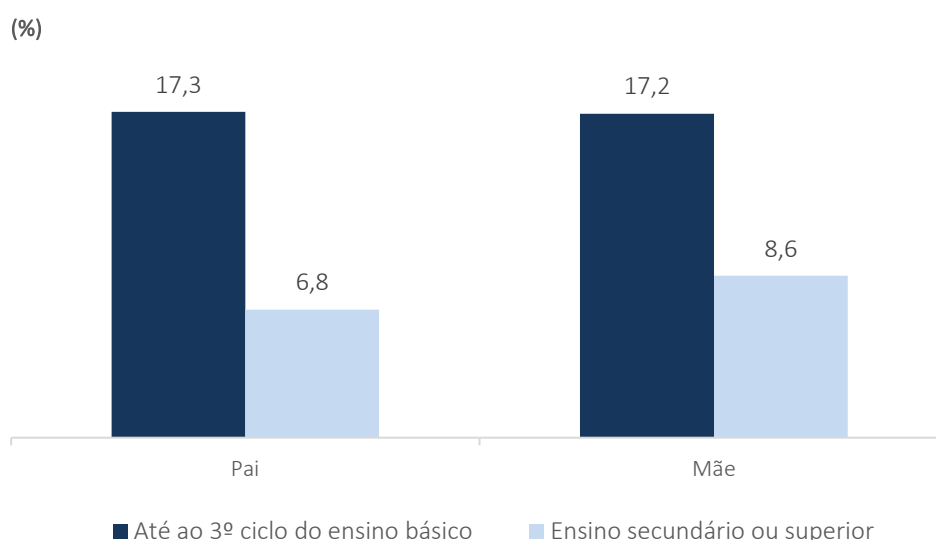
Quando tinham cerca de 14 anos, ou seja, sensivelmente entre 1977 e 2011, e considerando os agregados em que apenas um progenitor ou ambos estavam presentes, 64,4% da população em análise vivia em agregados familiares em que nenhum progenitor tinha completado mais do que o atual 3º ciclo do ensino básico; 22,4% viviam em agregados em que pelo menos um progenitor tinha completado o ensino secundário ou pós-secundário não universitário, e 13,2% em agregados em que pelo menos um progenitor tinha completado o ensino superior.

A distinção do nível de escolaridade por tipo de progenitor indica que em 69,3% dos casos o pai não tinha completado mais do que o atual 3º ciclo do ensino básico (71,1% no caso das mães), e que em 30,7% dos casos o pai tinha completado o ensino secundário, pós-secundário não universitário ou superior (28,9% no caso das



mães). Considerando estes mesmos grupos, os riscos de pobreza eram, em 2022, 17,3% e 17,2%, respetivamente para as pessoas em que o pai, ou a mãe, não tinha completado mais do que o atual 3º ciclo do ensino, pouco acima da média nacional (17,0%). Os riscos de pobreza eram substancialmente mais baixos para aqueles em que, aos 14 anos, um dos progenitores tinha concluído o ensino secundário, pós-secundário não universitário ou superior (6,8% quando era o pai; 8,6% quando era a mãe).

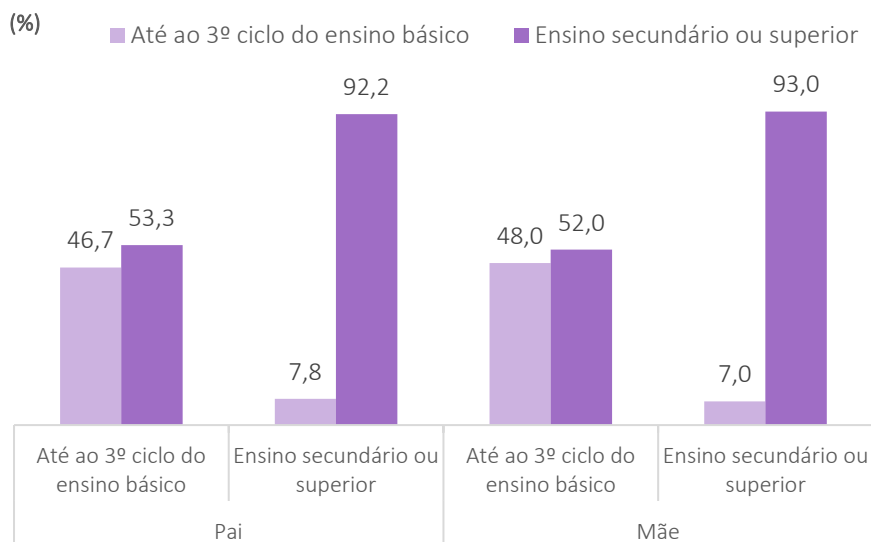
Figura 2. Taxa de risco de pobreza segundo o nível de escolaridade completo dos pais, Portugal, 2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

A escolaridade do pai ou da mãe pode também ser analisada na perspetiva de transmissão do nível educacional dos pais para os filhos. Ainda que seja também o resultado da evolução socioeconómica nos últimos 50 anos, os resultados do inquérito indicam que mais de 90% dos filhos de pais com níveis de escolaridade mais elevados (secundário ou superior) atingiram um nível educativo igual ou superior. Para aqueles com pais que não tinham completado mais do que o atual 3º ciclo do ensino básico, mais de 50% têm hoje em um nível de escolaridade mais elevado.

Figura 3. Distribuição do nível de escolaridade completo do indivíduo segundo o nível de escolaridade completo dos pais, Portugal, 2023



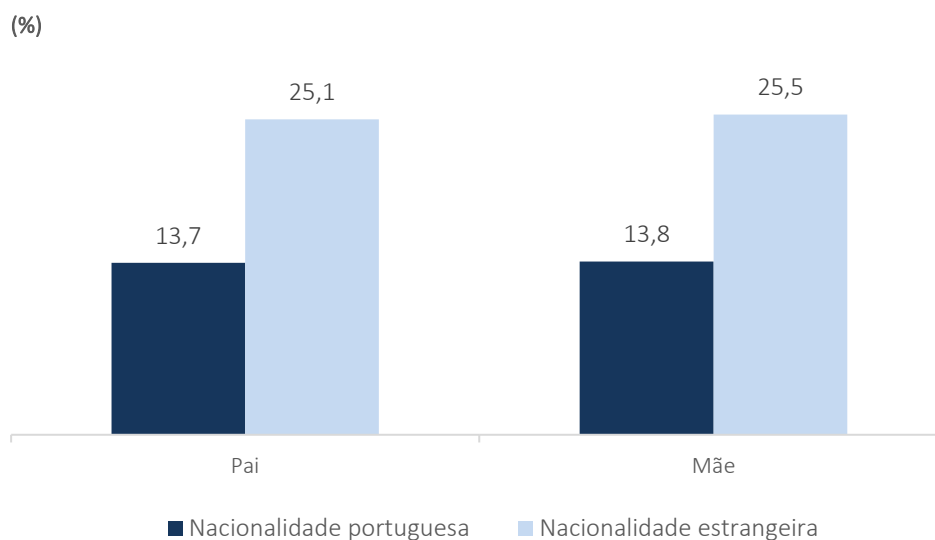
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

O risco de pobreza é maior para aqueles que, aos 14 anos, viviam com progenitores com nacionalidade estrangeira

De acordo com os resultados do inquérito, 94,4% da população dos 25 aos 59 anos vivia com pai de nacionalidade portuguesa e 93,8% com mãe portuguesa, quando tinha cerca de 14 anos. O risco de pobreza era, em 2022, maior quando o pai ou a mãe tinham nacionalidade estrangeira, respetivamente 25,1% e 25,5%, mais 11,4 p.p. e 11,7 p.p. do que o risco que afetava aqueles em que o pai ou a mãe eram portugueses (13,7% e 13,8%).



Figura 4. Taxa de risco de pobreza segundo a nacionalidade dos pais, Portugal, 2022



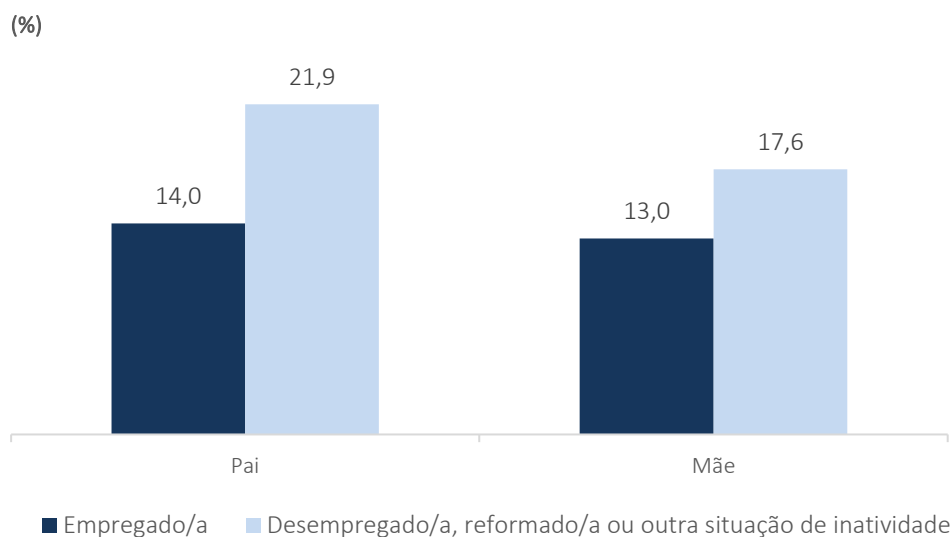
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

Risco de pobreza é menor para aqueles que, aos 14 anos, viviam com progenitores empregados

Aos 14 anos, a quase totalidade da população em análise residia em agregados em que o pai era empregado (96,9%) e mais de 60% em agregados em que a mãe era empregada (64,7%).

Em 2022, o risco de pobreza era 14,0% para as pessoas que, aos 14 anos, residiam com pai empregado (13,0%, no caso da mãe), aumentando para 21,9% quando aquele estava desempregado, reformado ou em outras situações de inatividade. A caracterização da pessoa em função da condição perante o trabalho da mãe confirma o impacto do emprego no risco de pobreza atual (13,0%, menos 4,6 p.p. relativamente à situação em que a mãe se encontrava desempregada, reformada ou noutra situação de inatividade).

Figura 5. Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho dos pais, aos 14 anos do indivíduo, Portugal, 2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

A situação financeira do agregado, quando o indivíduo tinha 14 anos, afeta o seu risco de pobreza atual

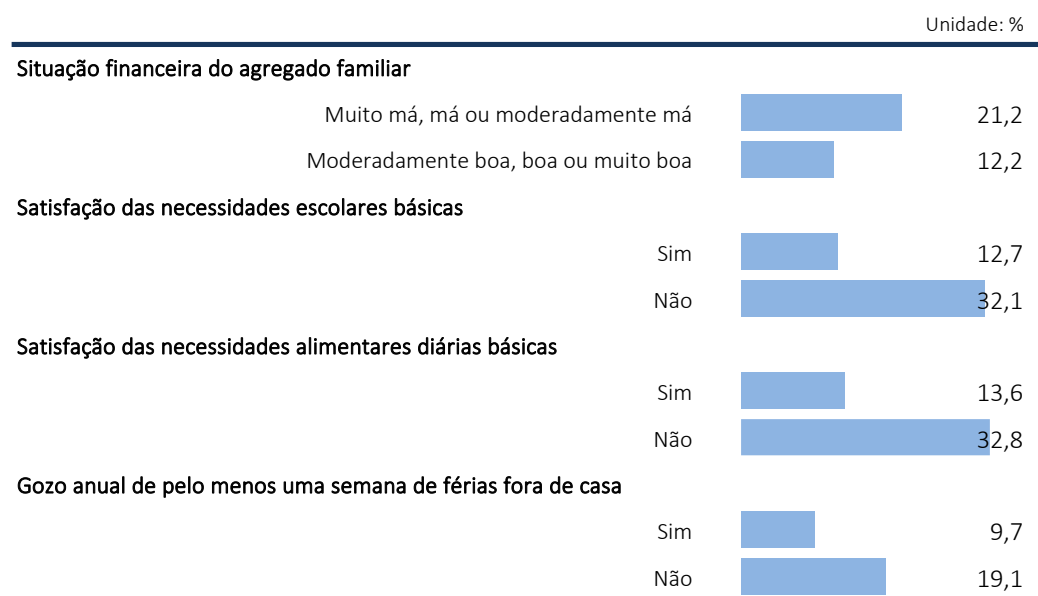
73,6% da população inquirida valorizou a situação financeira do agregado em que vivia aos 14 anos como moderadamente boa, boa ou muito boa. Apesar disso, 12,2% encontrava-se em situação de pobreza em 2022, ainda que numa dimensão bastante inferior à incidência da pobreza (21,2%) observada quando a situação financeira, aos 14 anos, era avaliada como moderadamente má, má ou muito má.

O inquérito identificou a satisfação de três necessidades básicas quando os inquiridos tinham 14 anos de idade, e a razão pela qual não eram supridas:

- educação (livros e equipamento escolar);
- alimentação (uma refeição diária de carne/peixe ou vegetariana equivalente);
- gozo anual de uma semana de férias fora de casa.

Mais de 95% dos inquiridos referiram que as condições educativas e alimentares (básicas) eram satisfeitas, quando tinham 14 anos, destacando-se negativamente a proporção de apenas 36,7% que tinham possibilidade de ter uma semana de férias, por ano, fora de casa.

Figura 6. Taxa de risco de pobreza segundo condições de vida do agregado familiar, aos 14 anos do indivíduo, Portugal, 2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

Os resultados também mostram que a capacidade para satisfazer cada uma destas necessidades se traduz num risco de pobreza, em 2022, de:

- 12,7%, quando as necessidades básicas educativas eram asseguradas aos 14 anos (32,1% quando não o eram por motivos financeiros ou outros);
- 13,6%, quando as necessidades básicas alimentares eram asseguradas aos 14 anos (32,8% quando não o eram por motivos financeiros ou outros);
- 9,7%, quando existia possibilidade de uma semana de férias fora de casa aos 14 anos (19,1% quando não o eram por motivos financeiros ou outros).



A INFLUÊNCIA DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DE VANTAGENS E DESVANTAGENS SOCIAIS NA ESCOLARIDADE E NA POBREZA

Os resultados neste destaque apresentam relações entre cada uma das características sociodemográficas das pessoas ou dos seus pais e o risco de pobreza ou a escolaridade completa. Procurando aprofundar a análise, estimaram-se modelos que capturassem estas relações quando se consideram todas as características em simultâneo. Ou seja, uma tentativa de identificar, por exemplo, a relação entre ser mulher e o risco de pobreza, quando se controla simultaneamente (i.e., tudo o resto constante) pela sua condição perante o trabalho e as características sociodemográficas dos seus pais⁴.

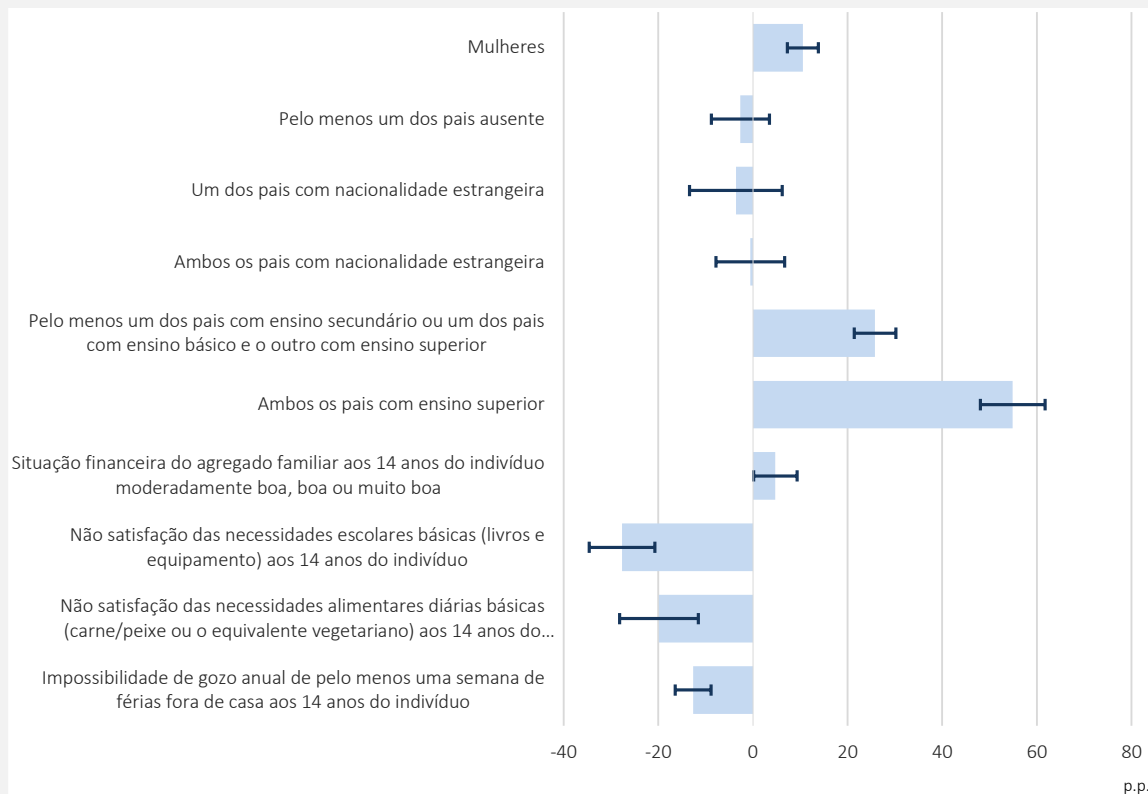
O primeiro conjunto de resultados diz respeito à **probabilidade de concluir um grau de ensino superior** face a concluir no máximo o ensino secundário ou pós-secundário, controlando pelas características de cada pessoa (com idade compreendida entre os 25 e os 59 anos) e dos seus pais (quando tinha 14 anos). Os resultados de estimação deste modelo são apresentados sob a forma de variações (em pontos percentuais) nessa probabilidade (Figura 7).

O resultado mais saliente é a relação da probabilidade de conclusão do ensino superior com a escolaridade dos pais: se ambos os pais tiverem um grau de ensino superior concluído, a probabilidade aumenta em 54,9 p.p. As condições de vida dos pais têm igualmente uma forte relação, em magnitude, com a probabilidade de concluir o ensino superior, em particular a satisfação das necessidades básicas escolares (-27,7 p.p.) e das necessidades alimentares diárias básicas (-19,9 p.p.). Em contraste, se a situação financeira do agregado aos 14 anos era pelo menos moderadamente boa, a probabilidade de obter o grau superior aumenta em 4,7 p.p. Finalmente, controlando por estas características dos pais e a idade do indivíduo, as mulheres têm uma probabilidade 10,5 p.p. acima dos homens de obter o grau.

⁴ Ver nota no fim deste Destaque para especificações técnicas do modelo.



Figura 7. Efeitos marginais médios – relação com a probabilidade de conclusão de um grau de ensino superior, 2023



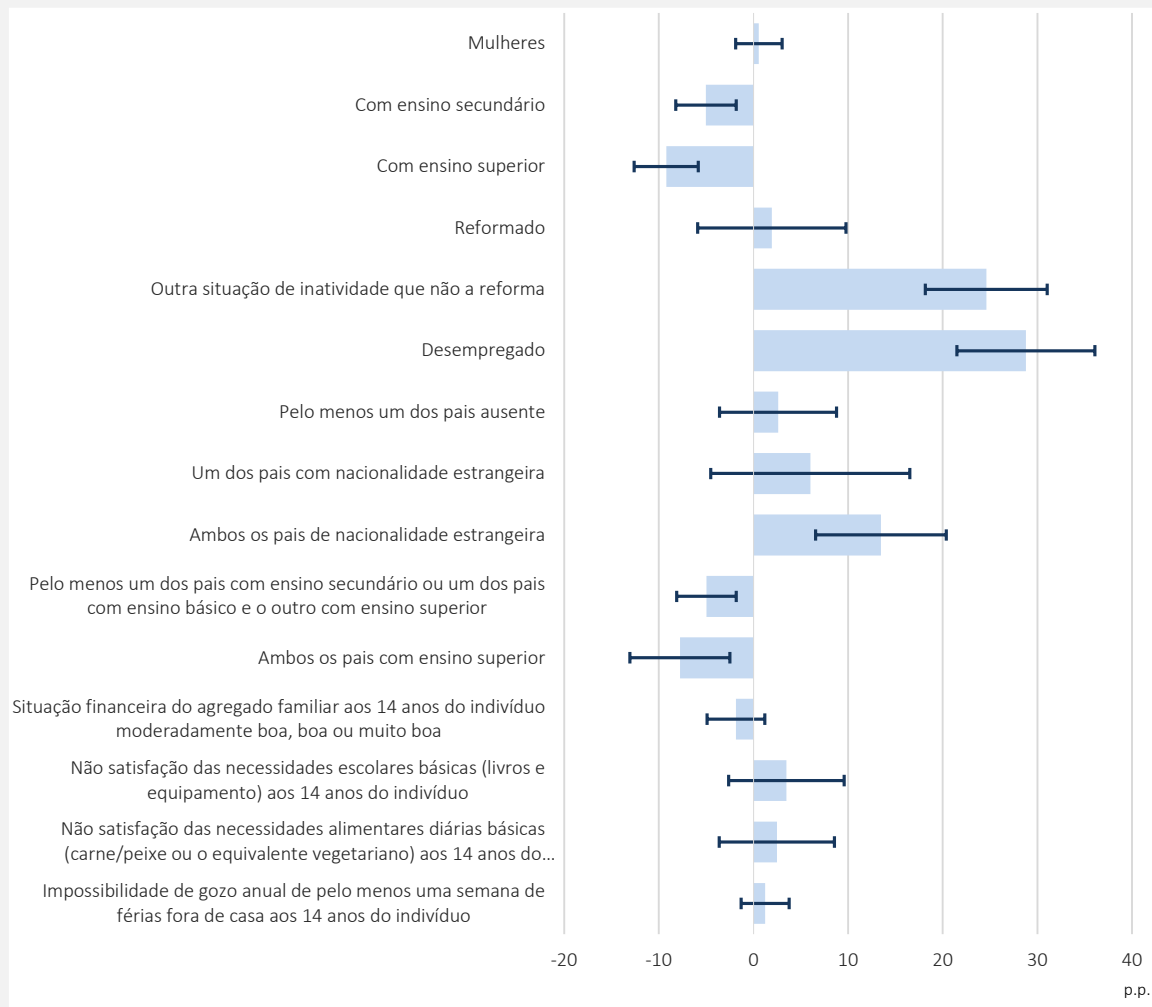
Quando se estima o risco de pobreza – a **probabilidade de ser pobre** – os resultados (Figura 8) indicam que quando ambos os pais têm nacionalidade estrangeira, o risco de pobreza aumenta em 13,5 p.p. (quando apenas um dos pais é de nacionalidade estrangeira a relação não é estatisticamente significativa). A escolaridade dos pais tem uma relação negativa com o risco de pobreza: diminui em 7,8 p.p. quando ambos os pais detêm o ensino superior.

Neste segundo conjunto de resultados, em que já se controla para a condição perante o trabalho, verifica-se que os inativos (outros que não os reformados) e os desempregados detêm uma maior probabilidade de ser pobres, em +24,6 p.p. e +28,8 p.p., respetivamente, quando comparados com as pessoas empregadas. As pessoas reformadas não apresentam diferenças estatisticamente significativas com as pessoas empregadas, no que diz respeito ao risco de pobreza. Relembre-se que estas relações são obtidas quando se considera em simultâneo um conjunto de características sociodemográficas do próprio e dos seus pais na adolescência. Neste contexto, em linha com as estatísticas descritivas já apresentadas, a escolaridade do próprio tem uma relação negativa com o risco de pobreza⁵: -5,0 p.p. com o secundário e pós-secundário e -9,2 p.p. com o ensino superior, face àqueles que detêm no máximo o 3º ciclo do ensino básico. Ainda assim, os resultados sugerem que a relação da escolaridade



é de menor magnitude do que a condição perante o trabalho, sendo esta mais importante para a variação do risco de pobreza.

Figura 8. Efeitos marginais médios – relação com a probabilidade de risco de pobreza, 2023



Em suma, os resultados obtidos sugerem que a escolaridade dos pais e as condições de vida na adolescência contribuem para o maior sucesso escolar do próprio indivíduo. Em complemento, os resultados indiciam que a escolaridade contribui para a redução da pobreza e que o risco de pobreza é mais acentuado nas pessoas desempregadas. O risco de pobreza não deve, porém, ser dissociado do contexto em que a pessoa cresce. Em particular, quando ambos os pais são estrangeiros, a probabilidade de risco de pobreza aumenta. Adicionalmente, a maior escolaridade dos pais contribui para a diminuição da probabilidade de a pessoa vir a encontrar-se em risco de pobreza.

⁵ Uma possível extensão deste modelo de probabilidade de ser pobre seria condicionar a sua estimação aos resultados do modelo de probabilidade de deter um determinado nível de escolaridade.



NOTA METODOLÓGICA

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (ICOR; EU-SILC, como é conhecido em inglês) é realizado em Portugal desde 2004, sendo, até 2020, desenvolvido no quadro de legislação europeia específica (Regulamento n.º 1177/2003), que estabelecia um sistema harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, privação e exclusão social.

A partir de 2021, o inquérito é realizado de acordo com regulamentação europeia específica e em conformidade com o Regulamento (UE) 2019/1700 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de outubro de 2019, atualmente constituído por um conjunto de dados que são recolhidos anualmente, e por um sistema que conjuga módulos que recolhem informação complementar pré-definida com periodicidade regular e módulos ad hoc sobre novas necessidades de informação. Os resultados apresentados neste destaque incluem dados da componente anual e relativa a 2023 sobre “Transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens sociais”, e à população dos 25 aos 59 anos, o que permite o desenvolvimento de uma análise da relação entre algumas características sociodemográficas parentais e as condições de pobreza no presente. A informação recolhida tem como referência o contexto parental dos inquiridos quando estes tinham cerca 14 anos de idade (sensivelmente entre 1977 e 2020, para nascidos entre 1963 e 1997).

A realização do inquérito visa a obtenção de resultados para o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional, com desagregação ao nível NUTS II a partir de 2018 quando a dimensão da amostra viabiliza a fiabilidade estatística dos resultados. Para o rendimento, este período de referência corresponde ao ano anterior àquele em que são realizadas as entrevistas.

Em 2023, a informação foi recolhida através de entrevistas presenciais assistidas por computador (CAPI, ou *Computer Assisted Personal Interviewing* em inglês) e de entrevistas telefónicas (CATI, o *Computer Assisted Telephone Interviewing* em inglês), entre abril e julho. O questionário incorpora perguntas sobre o agregado familiar e também sobre as características pessoais de cada membro, em particular sobre os rendimentos de todos os membros com 16 ou mais anos. Em 2023, o inquérito dirigiu-se a 17 444 famílias, das quais 14 209 com resposta completa (com recolha de dados sobre 33 639 pessoas). Para o grupo etário dos 25 aos 59 anos, foram recolhidas 14 179 respostas.

Os indicadores relativos à pobreza e desigualdade económica foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias no ano anterior ao da realização do inquérito (2022). Excluem-se outras fontes de rendimento, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autolocação.

De forma a refletir as diferenças na dimensão e composição das famílias, o rendimento líquido foi transformado em rendimento por adulto equivalente, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo o rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família.

Para informação mais detalhada sobre as opções metodológicas e os conceitos utilizados, deve ver-se o [Destaque – informação à comunicação social de 27 de novembro de 2023](#) que divulgou os primeiros resultados do ICOR 2023.



MODELOS LOGIT – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os resultados apresentados na caixa procuram complementar a análise da transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens sociais. O objetivo principal é tentar isolar a relação entre as características sociodemográficas individuais, sobretudo as que decorrem da transmissão entre gerações, e, num primeiro modelo, a probabilidade de o indivíduo concluir um grau de ensino superior e, num segundo modelo, a probabilidade de se encontrar numa situação de pobreza. A população de referência corresponde aos indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 59 anos. Recorreu-se à estimação de dois modelos Logit binomiais, cuja variável dependente se define, respetivamente, por:

- 0 – se o indivíduo concluiu, no máximo, o ensino secundário ou pós-secundário; e 1 – se o indivíduo concluiu um grau de ensino superior;
- 0 – se o rendimento disponível equivalente é igual ou superior à linha de pobreza; e 1 – se o rendimento disponível equivalente é inferior à linha de pobreza.

Entre as variáveis que potencialmente podem explicar a probabilidade de o indivíduo concluir um grau de ensino superior e a probabilidade de se encontrar numa situação de pobreza foram selecionadas as que, por motivos teóricos e estatísticos, se revelam mais pertinentes em cada um dos modelos. As variáveis independentes potenciais são: o sexo; a idade; a dimensão do agregado familiar; o nível de escolaridade completo do indivíduo; a condição perante o trabalho do indivíduo; a presença dos pais aos 14 anos do indivíduo; a nacionalidade dos pais; o nível de escolaridade completo dos pais; a situação financeira do agregado familiar aos 14 anos do indivíduo; a satisfação das necessidades escolares básicas (livros e equipamento) aos 14 anos do indivíduo; a satisfação das necessidades alimentares diárias básicas (carne/peixe ou o equivalente vegetariano) aos 14 anos do indivíduo; e o gozo anual de pelo menos uma semana de férias fora de casa aos 14 anos do indivíduo.

Os efeitos marginais apresentados podem ser interpretados como variações nas probabilidades de ocorrência do evento (ter concluído um grau de ensino superior, no primeiro modelo, ou ser pobre, no segundo modelo) associadas a cada uma das variáveis explicativas (em relação à classe de referência), mantendo as restantes variáveis inalteradas.

Os resultados completos relativos aos efeitos marginais médios e à significância estatística das estimativas podem ser consultados no ficheiro de dados anexo a esta publicação, que inclui também os restantes quadros de resultados.

CONCEITOS

Escala de equivalência modificada da OCDE: esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.



Nível de escolaridade completo: nível de escolaridade mais elevado que foi concluído com êxito, ou para o qual se obteve equivalência, e que confere um certificado ou um diploma.

Rendimento equivalente: resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Nota: “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE.

Rendimento monetário líquido: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.